



Demonstrações contábeis regulatórias

SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente



SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2024.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.847	28.261
Contas a receber de clientes	5	6.949	5.246
Tributos a recuperar	6	3.024	3.721
Outros ativos circulantes		110	210
Total do Ativo Circulante		39.930	37.438
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais e cauções		3.741	373
Imobilizado	7	234.614	245.446
Intangíveis	8	12.526	12.526
Total do Ativo Não Circulante		250.881	258.345
Total do Ativo		290.811	295.783
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		566	1.658
Debêntures	9	18.134	9.814
Dividendos a pagar	10	5.814	786
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	11.1	970	-
Outros passivos circulantes		771	1.065
Total Passivo Circulante		26.255	13.323
Não Circulante			
Debêntures	9	307.517	310.994
Provisão contingente	12	5.030	6.747
Total Passivo Não Circulante		312.547	317.741
Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	13	65.011	65.011
Reserva legal	13	6.279	5.097
Reserva de lucros	13	58.732	51.303
Prejuízos acumulados	13	(178.013)	(156.692)
Total Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		(47.991)	(35.281)
Total Passivo e do Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		290.811	295.783

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	14	46.127	41.169
Custos dos bens construídos e serviços prestados	15	(12.494)	(11.178)
Resultado operacional bruto		33.633	29.991
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	16	(730)	(2.615)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		32.903	27.376
Despesas financeiras	17	(31.583)	(40.011)
Receitas financeiras	17	3.731	5.196
Resultado financeiro líquido		(27.852)	(34.815)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		5.051	(7.439)
Contribuição social	11	(858)	-
Imposto de renda	11	(1.875)	-
Contribuição social diferida	11	-	(5.620)
Imposto de renda diferido	11	-	(15.610)
Lucro líquido do exercício		2.318	(28.669)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.



Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	2.318	(28.669)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	2.318	(28.669)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Reserva de lucros	Reserva legal	Total
Saldo em 01 janeiro 2022	65.011	(100.776)	61.677	3.735	29.647
Prejuízo acumulado	-	(28.669)	-	-	(28.669)
Constituição de reservas	-	(26.988)	25.626	1.362	-
Dividendos intercalares	-	-	(36.000)	-	(36.000)
Dividendos propostos	-	(259)	-	-	(259)
Saldo em 31 dezembro 2022	65.011	(156.692)	51.303	5.097	(35.281)
Reversão de reserva de lucros para pagamento de dividendos	-	-	(8.000)	-	(8.000)
Constituição de reservas	-	(16.611)	15.429	1.182	-
Dividendos propostos	-	(7.028)	-	-	(7.028)
Absorção prejuízo acumulado	-	2.318	-	-	2.318
Saldo em 31 dezembro 2023	65.011	(178.013)	58.732	6.279	(47.991)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		5.051	(7.439)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>			
Depreciação - imobilizado	7	8.128	7.967
Juros sobre debêntures tomados	9	31.088	34.038
Encargos sobre debêntures	9	176	143
Provisão (reversão) de contingências	12	(1.717)	264
Rendimento sobre aplicação financeira		-	(5.450)
Lucro ajustado		42.726	29.523
Variações dos Ativos e Passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	5	(1.703)	(1.059)
Depósitos judiciais		(664)	(363)
Tributos a recuperar e a recolher	6	315	(1.629)
Outros ativos		100	544
Fornecedores e outras contas a pagar		(1.092)	(2.199)
Contas a pagar - parte relacionada		-	(1.106)
Outros passivos		(294)	412
Imposto de renda e contribuição social pagos	11.1	(1.381)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		38.007	24.123
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição/baixa de imobilizado		-	(1.391)
Aquisição/baixa de ativos intangíveis		-	(44)
Aplicações financeiras e recursos financeiros		-	5.450
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		-	4.015
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de debêntures	9	(9.938)	(8.336)
Juros pagos de debêntures	9	(16.483)	(16.292)
Dividendos pagos	10	(10.000)	(36.045)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos		(36.421)	(60.673)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		1.586	(32.535)
Varição do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		28.261	60.796
No final do exercício		29.847	28.261
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		1.586	(32.535)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “SE Vineyards”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia estabelecida com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, 18º andar, Botafogo. com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia passou a ser controlada pela V2i Energia S.A (V2i ou Grupo V2i) desde 13 de maio de 2022 quando foi adquirida já em fase operacional pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia após o processo de reorganização societária, onde a Vineyards Participações S.A foi incorporada.

A Companhia em 09 de janeiro de 2023 realizou abertura de Filial 01 no endereço da Rua Lin Palmeiro nº s/n – São Pedro – Bento Gonçalves – RS e abertura de Filial 02 no endereço da Rua Ângelo Breda nº 1.890 – Integração – Garibaldi – RS.

1.2. Da concessão

Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 05/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 31/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Rio Grande do Sul:

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Da concessão--Continuação

- (i) Transmissão Lajeado 2 - Lajeado 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 16,4 km, com origem na Subestação Lajeado 2 e término na Subestação Lajeado 3;
- (ii) Linha de Transmissão Lajeado 3 - Garibaldi, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 47 km, com origem na Subestação Lajeado 3 e término na Subestação Garibaldi;
- (iii) Linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, circuito simples, com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Candiota 2 e término na Subestação Bagé 2, pela SE Lajeado 3 230/69-13,8 kV, 2 x 83 MVA;
- (iv) SE Vinhedos 230/69-13,8 kV, 2 x 165 MVA;
- (v) Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos.

A Companhia energizou em 12 de janeiro de 2020 o principal trecho do projeto localizado no Rio Grande do Sul (RS), integrando ao sistema elétrico do estado às linhas de 230 kV Lajeado 2 - Lajeado 3 e Lajeado 3 - Garibaldi, além da nova subestação de Lajeado 3 (230kV/69kV), com a energização deste trecho (elemento 1) acontecendo sem pendências técnicas e antecipando a entrada em operação comercial em 32 meses. A energia está disponível no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou à Companhia solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional da Receita Anual Permitida (RAP), no montante de R\$23.537.

A linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, está concluída, no entanto a entrada em operação depende da SE Candiota 2 que tinha previsão de término no início de dezembro de 2021. Contudo, existia uma dependência da Transmissora Chimarrão para que seja efetivamente energizada. O elemento 2 foi energizado em 27 de junho de 2021.

O elemento 3 foi concluído em 27 de janeiro de 2022 e dessa forma o projeto ficou pronto para sua entrada em operação.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.1. Declaração de Conformidade--Continuação

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas Demonstrações contábeis regulatórias de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeira, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas Demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As Demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas Demonstrações contábeis regulatórias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As Demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

Dado o não posicionalmente da ANEEL quanto a adoção e convergência dos Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, bem como quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 16), com vigência a partir de janeiro de 2019, além das particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária prevista no MCSE. As práticas contábeis utilizadas são as mesmas descritas no item 3 das Demonstrações contábeis, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Avaliação do modelo de negócio

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - A mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

- i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:
 - (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
 - (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;”

3.5. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.7. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

3.10. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.12. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.13. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.14. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023

3.14.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas Demonstrações contábeis regulatórias, sendo as principais:

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023-- Continuação

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	IFRS 17	01.01.2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	01.01.2023

3.14.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das Demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 06 - Arrendamentos	IFRS 16	01.01.2024
CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias	IAS 1	01.01.2024
CPC 03 (R1) Demonstrações do fluxo de caixa	IFRS 7	01.01.2024

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas Demonstrações contábeis regulatórias Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Banco	1.926	2.608
Aplicação financeira (i)	27.921	25.653
Total	<u>29.847</u>	<u>28.261</u>

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI – FIC) que teve no ano de 2023, remuneração referenciado ao CDI de 96,74%% (2022 99% a 103%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionárias e permissionárias (i)	6.039	3.856
CCT (ii)	59	28
CDE (iii)	826	1.362
CCI (iv)	25	-
Total	<u>6.949</u>	<u>5.246</u>

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$371 mil em 05/01/2024, R\$371 mil em 15/01/2024, R\$2.953 em 25/01/2024, R\$370 mil em 05/02/2024 e R\$1.974 referentes a créditos a serem recebidos.
- (ii) DIT (CCT) refere-se a parcela 3/3 com vencimento em 05/01/2024 da receita proveniente do acesso de outras concessionárias à suas linhas de transmissão mediante contrato CCT (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão)
- (iii) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício.
- (iv) CCI refere-se a receita proveniente do compartilhamento das linhas de transmissão a outras transmissoras mediante contrato CCI (Contrato de Compartilhamento de Instalações).

Durante o ano de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que elas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Tributos e contribuições a compensar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda	2.903	3.038
Imposto de renda retido na fonte	-	278
Contribuição social	78	65
Contribuição social retida	-	92
PIS retido	7	69
COFINS retido	32	179
Imposto pago a maior ou indevidamente	4	-
Total	<u>3.024</u>	<u>3.721</u>

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição do imobilizado em 2023 é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreci. / Amort.	Depreci. / Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão											
Edificações, serviços civis e benfeitorias	3,57%	10.049	-	-	-	10.049	-	(351)	(958)	9.091	9.442
Máquinas e equipamentos	3,37%	244.138	-	-	-	244.138	-	(7.777)	(23.238)	220.900	228.677
Terrenos	0,00%	2.903	-	-	-	2.903	-	-	-	2.903	2.903
Subtotal		257.090	-	-	-	257.090	-	(8.128)	(24.196)	232.894	241.022
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil											
Transmissão											
Depósitos judiciais		2.704	-	-	(2.704)	-	(2.704)	-	-	-	2.704
Sobressalentes		1.720	-	-	-	1.720	-	-	-	1.720	1.720
Subtotal		4.424	-	-	(2.704)	1.720	(2.704)	-	-	1.720	4.424
Total do Ativo Imobilizado		261.514	-	-	(2.704)	258.810	(2.704)	(8.128)	(24.196)	234.614	245.446

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Imobilizado --Continuação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2023			31/12/2022
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Terrenos	0,00%	2.903	-	2.903	2.903
Edificações, serviços civis e benfeitorias	3,57%	10.049	(958)	9.091	9.442
Máquinas e equipamentos	3,37%	244.138	(23.238)	220.900	228.677
Subtotal		257.090	(24.196)	232.894	241.022
Em curso					
Transmissão					
Depósitos judiciais	0,00%	-	-	-	2.704
Sobressalentes	0,00%	1.720	-	1.720	1.720
Subtotal		1.720	-	1.720	4.424
Total		258.810	(24.196)	234.614	245.446

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Intangível

A composição do imobilizado em 2023 é como segue:

Intangível	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreci. / Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão									
Servidões	0,00%	12.526	-	-	12.526	-	-	12.526	12.526
Subtotal		12.526	-	-	12.526	-	-	12.526	12.526
Total do Ativo Intangível		12.526	-	-	12.526	-	-	12.526	12.526

Em serviço Transmissão	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2023		31/12/2022
		Valor Bruto em 31/12/2023	Valor líquido	Valor líquido
Servidões	0,00%	12.526	12.526	12.526
Subtotal		12.526	12.526	12.526
Total		12.526	12.526	12.526

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Debêntures

a) As debêntures são compostas da seguinte forma:

Credor	Encargos	Data final	31/12/2023	31/12/2022
2ª Emissão de debêntures	IPCA + 5,2381%	15/07/2042	321.409	316.721
Juros sobre debenture			7.510	7.532
Custo de aquisição de debênture			(3.268)	(3.445)
			325.651	320.808
Circulante			18.134	9.814
Não circulante			307.517	310.994

b) Movimentação de debêntures

	Saldo em 31/12/2022	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2023
Debêntures	320.808	31.088	176	(9.938)	(16.483)	325.651
Total	320.808	31.088	176	(9.938)	(16.483)	325.651
Total circulante	9.814					18.134
Total não circulante	310.994					307.517

A Companhia realizou a segunda emissão de debênture, em dezembro de 2019, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 42 (quarenta e duas) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 29 (vinte e nove) meses, contado a data de emissão, sendo a primeira parcela vincenda em janeiro de 2022 e a última em julho de 2042 remunerada pela taxa IPCA +5,2381% a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Vineyards Transmissão, datada de 15 de agosto de 2019.

Em setembro de 2022 o Pentágono emitiu o Termo de Liberação de Garantias ("TLG") extinguindo a Companhia das obrigações relacionadas as seguintes cartas fiança: n° 6100119-A ("Carta de Fiança ABC Brasil"), n° 180416319 ("Carta de Fiança Santander") e n° 000119110020300 ("Carta de Fiança Itaú), todas com vencimento em 22/11/2022, de acordo com o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG") firmado em novembro de 2019 entre a Companhia e os fiadores bancos: Itaú Unibanco, Banco Santander (Brasil) e Banco ABC Brasil. Não houve mudanças para o ano de 2023.

Os vencimentos das parcelas classificado no passivo não circulante, desconsiderando o custo de aquisição estão distribuídos como segue

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Debêntures --Continuação

	<u>31/12/2023</u>
2025	11.792
2026	12.868
2027	14.516
2028	79.748
2029 a 2042	191.685
	<u>310.609</u>

10. Partes relacionadas

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Reversão para pagamento de dividendos</u>	<u>Dividendos propostos</u>	<u>Pagamentos de dividendos</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
V2I Energia S.A.	786	8.000	7.028	(10.000)	5.814
Total	<u>786</u>	<u>8.000</u>	<u>7.028</u>	<u>(10.000)</u>	<u>5.814</u>

11. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

Lucro presumido	<u>31/12/2023</u>	Lucro real	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional	48.320	Resultado antes do IRPJ/CSLL	(2.016)
Base presunção IRPJ 8%	3.866		
Base presunção CSLL 12%	5.798	Adições/Exclusões	
Receitas financeiras	3.731	Custo de construção (realizado)	(2.735)
		Exclusões permanentes	
		Total dos ajustes temporários	<u>(2.735)</u>
Base de IRPJ lucro presumido	7.597		
IRPJ calculado no ano	(1.875)	Resultado fiscal	(2.201)
		IRPJ	(15.610)
Base de CSLL lucro presumido	9.529	CSLL	(5.620)
CSLL calculado no ano	(858)		
Total de despesas IRPJ/CSLL	<u>(2.733)</u>	Total IRPJ/CSLL diferido	<u>(21.230)</u>

11. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido-- Continuação

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos a pagar	-	-
Impostos calculados	2.733	-
Impostos deduzidos	(382)	-
Impostos pagos	(1.381)	-
Saldo final dos impostos a pagar	970	-

12. Provisão contingente

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

12.1 Possíveis

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui 1 (um) processo contingente trabalhista avaliado como probabilidade possível, baseado no parecer emitido pelos advogados portanto não foram provisionados.

12.2 Prováveis

	31/12/2023	31/12/2022
Constituições de Provisões – Prováveis	5.030	6.747
Total	5.030	6.747

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Capital social

Em 2022 sua acionista direta passou a ser a V2i energia S.A com 100%, desse percentual 82,30% foi adquirido em 13 de maio de 2022 e 17,70% em 30 de novembro do mesmo ano.

Ainda no mesmo ano, no dia 21 de dezembro de 2022 a companhia passou a ser subsidiária integral da V2I Energia S.A, após o processo de reorganização societária, onde a Vineyards Participações S.A foi incorporada.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é representado por ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 cada.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S. A	65.010.641	65.011	100%	65.010.641	65.011	100%
	65.010.641	65.011	100%	65.010.641	65.011	100%

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	23.639	27.247
Reserva legal (5%)	1.182	1.362
Saldo inicial	5.097	3.735
Calculado no ano	1.182	1.362
Total	6.279	5.097

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% (1% em 2022), ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	23.639	27.247
Reserva legal (5%)	(1.182)	(1.362)
Base para dividendos	22.457	25.885
Alíquota	25%	1%
Dividendos propostos	5.614	259
Dividendos adicionais	1.414	-

13. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)--Continuação

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	23.639	27.247
Reserva legal (5%)	(1.182)	(1.362)
Dividendos propostos	(5.614)	(259)
Dividendos adicionais	(1.414)	-
Reserva de lucros	15.429	25.626
Movimentação da reserva de lucro		
Saldo inicial	51.303	61.677
Reversão para pagamento de dividendos	(8.000)	-
Calculado no ano	15.429	25.626
Dividendos pagos	-	(36.000)
Total	58.732	51.303

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro do exercício	23.639	27.247
Lucro por ação	0,3636	0,4191

Prejuízos acumulados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	(156.692)	(100.776)
Lucro do exercício regulatório	2.318	-
Prejuízo do exercício regulatório	-	(28.669)
Constituição de reservas	(16.611)	(26.988)
Dividendos	(7.028)	(259)
Saldo final	(178.013)	(156.692)

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita anual permitida	43.839	42.540
Receita CDE	2.380	1.922
Receita CCT	2.101	1.544
Receita CCI	25	-
Encargos do consumidor	(661)	(656)
PIS e COFINS sobre faturamento	<u>(1.557)</u>	<u>(4.256)</u>
Total	<u>46.127</u>	<u>41.094</u>

15. Custo de implementação da infraestrutura

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo com serviços tomados	(3.489)	(2.935)
Custo com depreciação e amortização	(8.128)	(7.967)
Custo com seguros	(428)	-
Custo com impostos e taxas	(41)	-
Custo com energia elétrica	(391)	-
Demais custos	(17)	(276)
Total	<u>(12.494)</u>	<u>(11.178)</u>

16. Despesas gerais e administrativas

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros tomados	(907)	(1.776)
Seguros	-	(754)
Despesas legais e judiciais	(534)	-
Outras despesas operacionais	(153)	(85)
Outras receitas operacionais	864	-
Total	<u>(730)</u>	<u>(2.615)</u>

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17.Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Juros e variações monetárias (i)	(31.264)	(34.054)
IOF, comissões e taxa (ii)	(58)	(5.889)
Multa e acréscimos moratórios	(28)	(56)
Outras despesas financeiras	(233)	(12)
Despesas financeiras	(31.583)	(40.011)
Receita com aplicação financeira	2.407	5.450
Atualização monetária – depósitos judiciais	1.323	-
Outras receitas financeiras	1	(254)
Receitas financeiras	3.731	5.196
Resultado financeiro, líquido	(27.852)	(34.815)

(i) O valor de juros e atualização de debêntures no ano foi R\$31.088 (R\$34.038 em 2022) e o valor de encargos de debêntures no ano foi R\$176 (em 2022 de R\$143) e outras movimentações de R\$ 16 em 2022.

18.Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui também um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Tokio Marine (a)	Riscos Operacionais	60.000	19 de fev de 2023 até 19 de fev de 2024
Chubb (b)	Responsabilidade Civil	30.000	20 de dez de 2023 até 20 de dez de 2024

- (a) Seguro de risco operacional, com apólice 180 0002309800, emitido pela Tokio Marine, tendo um limite máximo de indenização de R\$ 60 milhões e um prêmio anual de R\$ 372.354. Para o ano de 2024, o seguro já foi renovado.
- (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 16.51.0042851.12, emitida pela Chubb garantindo a indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 30 milhões e um prêmio anual de R\$ 33.175.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	2	6.949	5.246
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	2	29.847	28.261
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Debênture	2	325.651	320.808
Fornecedores	2	566	1.658

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

19.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 5.06% em 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

20. Evento subsequente

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis regulatórias societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial Societário e Regulatório em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	31/12/23 regulatório	AJUSTE	31/12/23 societário	31/12/22 regulatório	AJUSTE	31/12/22 societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	29.847	-	29.847	28.261	-	28.261
Contas a receber de clientes	6.949	-	6.949	5.246	-	5.246
Tributos a recuperar	3.024	-	3.024	3.721	-	3.721
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	42.838	42.838	-	41.191	41.191
Outros ativos circulantes	110	-	110	210	-	210
Total do Ativo Circulante	39.930	42.838	82.768	37.438	41.191	78.629
Não Circulante						
Realizável a longo prazo						
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	412.992	412.992	-	403.393	403.393
Depósitos judiciais e cauções		3.741	3.741	373	-	373
Imobilizado	(ii)	(234.614)	-	245.446	(245.446)	-
Intangíveis	(ii)	(12.526)	-	12.526	(12.526)	-
Total do Ativo Não Circulante	250.881	165.852	416.733	258.345	145.421	403.766
Total do Ativo	290.811	208.690	499.501	295.783	186.612	482.395
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	566	-	566	1.658	-	1.658
Debêntures	18.134	-	18.134	9.814	-	9.814
Dividendos a pagar	5.814	-	5.814	786	-	786
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	970	-	970	-	-	-
PIS/COFINS diferido	(iii)	-	-	-	1.503	1.503
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(iii)	-	-	-	1.269	1.269
Outros passivos circulantes	771	-	771	1.065	-	1.065
Total Passivo Circulante	26.255	-	26.255	13.323	2.772	16.095
Não Circulante						
Debêntures	307.517	-	307.517	310.994	-	310.994
Passivo fiscal diferido	(iii)	16.638	16.638	-	14.724	14.724
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(iii)	14.039	14.039	-	12.424	12.424
Provisão contingente	5.030	-	5.030	6.747	-	6.747
Total Passivo Não Circulante	312.547	30.677	343.224	317.741	27.148	344.889
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)						
Capital social	65.011	-	65.011	65.011	-	65.011
Reserva legal	6.279	-	6.279	5.097	-	5.097
Reserva de lucros	58.732	-	58.732	51.303	-	51.303
Prejuízos acumulado	(iv)	178.013	-	(156.692)	156.692	-
Total Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	(47.991)	178.013	130.022	(35.281)	156.692	121.411
Total Passivo e do Patrimônio Líquido	290.811	208.690	499.501	295.783	186.612	482.395

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Demonstração do resultado Societário e Regulatório em 31 de dezembro de 2023 e 2022

		31/12/23		31/12/23	31/12/22		31/12/22
		regulatório	AJUSTE	societário	regulatório	AJUSTE	societário
Receita operacional líquida	(v)	46.127	10.835	56.962	41.169	15.797	56.966
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(12.494)	10.832	(1.662)	(11.178)	47	(11.131)
Resultado operacional bruto		33.633	21.667	55.300	29.991	15.844	45.835
Despesas e receitas operacionais							
Outras despesas e receitas operacionais		(730)	-	(730)	(2.615)	-	(2.615)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		32.903	21.667	54.570	27.376	15.844	43.220
Despesas financeiras		(31.583)	-	(31.583)	(40.011)	-	(40.011)
Receitas financeiras		3.731	-	3.731	5.196	-	5.196
Resultado financeiro líquido		(27.852)	-	(27.852)	(34.815)	-	(34.815)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social							
		5.051	21.667	26.718	(7.439)	15.844	8.405
Contribuição social		(858)	-	(858)	-	-	-
Imposto de renda		(1.875)	-	(1.875)	-	-	-
Contribuição social diferida	(iii)	-	(121)	(121)	(5.620)	9.431	3.811
Imposto de renda diferido	(iii)	-	(225)	(225)	(15.610)	30.641	15.031
Lucro líquido do exercício	(vii)	2.318	21.321	23.639	(28.669)	55.916	27.247

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

21.1 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

(i) Ativo de contrato e concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

21.1 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(i) Ativo de contrato e concessão--Continuação

empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações contábeis societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

(iii) Passivo fiscal diferido e Imposto de renda e Contribuição social diferidos

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

21.1 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(iv) Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido societário	130.022	121.411
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(455.830)	(444.584)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	247.140	257.972
PIS e COFINS diferido (CPC 47)	16.638	16.227
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	14.039	13.693
Patrimônio líquido regulatório (Passivo a descoberto)	(47.991)	(35.281)

(v) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vi) Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(vii) Lucro líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

21.1 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(vii) Lucro líquido do exercício--Continuação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido societário	23.639	27.247
Receita bruta (CPC 47)	(10.835)	(15.797)
Custo operacionais - Materiais (CPC 47)	(10.832)	(47)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	346	(40.072)
Prejuízo/Lucro regulatório	2.318	(28.669)

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

*

*

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

**Responsável técnico pelas informações
contábeis**

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9